

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.125 - DF (2018/0072608-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADA : LIVIA DE MOURA FARIA CAETANO - DF027070
ADVOGADOS : AMANDA ANDRADE SOARES GUSMAO - DF033327
RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - DF027474
CAROLINA RIBEIRO VALERIO DO NASCIMENTO -
DF025592
EVERSON EMMANUEL COSMO DE SOUSA SALES -
DF044257
VICTOR WAKIM BAPTISTA - DF048466
DENYZE NAVES DE SOUZA E SILVA - DF031307
RECORRENTE : ANA BALDUINO CHAVES - ESPÓLIO
REPR. POR : EDUARDO LUIS BALDUINO CHAVES
ADVOGADO : DECIO PLINIO CHAVES - DF012644
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). SENTENÇA COLETIVA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITO JUDICIAL. ART. 1º DA LEI Nº 6.899/81. ÍNDICE APLICÁVEL. INPC. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por ANA BALDUINO CHAVES - ESPÓLIO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

APELAÇÃO. CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. SUSPENSÃO: NÃO CABÍVEL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. MULTA 10% DO 475-J. APLICÁVEL. AS CUSTAS INICIAIS DEVEM SER RESSARCIDAS. ÍNDICE DE CORREÇÃO. IRP.. A suspensão determinada no REsp nº 1.438.263/DF somente se aplica aos processos em que a questão da ilegitimidade ativa dos poupadores tenha surgido e

Superior Tribunal de Justiça

ainda não tenha recebido solução definitiva, o que não é o caso. O prazo prescricional da pretensão executiva lastreada em sentença proferida em ação civil pública é de 5 (cinco) anos, a contar da data do trânsito em julgado da sentença coletiva, nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. No caso concreto, o cumprimento de sentença foi ajuizado antes do prazo prescricional. Nos termos do artigo 475-J do CPC/13, vigente à época, transcorrido o prazo de 15 dias sem que o executado tenha providenciado o pagamento do débito, incide a multa de 10%. O valor desembolsado pelo exequente para o pagamento das custas processuais deve ser ressarcido pelo executado. O Índice de Reajuste da Poupança - IRP não é o poder de compra dos valores depositados em caderneta de poupança, devendo ser aplicado para corrigir o débito exequendo, excluídos os juros remuneratórios (e-STJ fls. 686/687).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 789/798).

Nas razões do especial, a parte recorrente insurge-se, em síntese, contra a aplicação do IRP como índice de correção monetária, apontando ofensa ao art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.899/81.

Assevera que não foi observado o entendimento firmado em recurso representativo de controvérsia, qual seja, o REsp 1.107.201/DF.

Ao final, requer a aplicação do IPC como índice de correção monetária, na espécie.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 825/841.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade será realizado nos moldes deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A irresignação merece prosperar, em parte.

Com efeito, é assente nesta Corte Superior o entendimento de que a atualização monetária dos débitos judiciais deve ter por base o índice que melhor reflita a desvalorização da moeda, sendo certo que, em casos como o presente,

Superior Tribunal de Justiça

esse seria o INPC, como se infere dos precedentes a seguir reproduzidos:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 6.899/81. AFASTAMENTO DO IRP. ADOÇÃO DO INPC.

1. De acordo com o entendimento desta Corte, a correção monetária do débito judicial não deverá ser feita em consonância com o contrato primitivo e sim, com o preconizado pela Lei n. 6.899/91, tendo como base índice que melhor reflita a desvalorização da moeda.

Precedentes.

2. Em consonância com a jurisprudência do STJ, para a correção monetária dos débitos judiciais, a partir de julho de 1995, é mais adequada a utilização do INPC. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1647432/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 29/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RENDIMENTOS DE POUPANÇA. ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS JUDICIAIS. LEI N. 6.899/81.

1. A correção monetária de débito judicial será feita de acordo com o disposto na Lei n. 6.899/81, e não considerando os índices da caderneta de poupança.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1266819/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 09/06/2015)

Desse modo, o acórdão recorrido merece reparos, devendo ser afastada a aplicação do índice de remuneração da poupança para fins de atualização do débito judicial.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator